

DIGNÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL DO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA – SEDE/UNIÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90024/2025 (UASG: 130005)

Processo Administrativo Nº 21000.042507/2025-77

Objeto: Aquisição de máquinas pesadas, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP

EDUARDO DE ALMEIDA LTDA. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº Nº 13.552.152/0001-49, com sede na Avenida Ayrton Senna da Silva, s/n, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CEP: 78.098-000, Telefone (65) 3611- 6450 / 99223-8196, através de seu Representante Legal e Procuradora, Sr.^a RENER BELO VINHAL JUNIOR (cópias do Contrato Social Consolidado e Instrumento de mandato), vem, com urbanidade e respeito, perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 164 da lei n.º 14.133/2021, bem como demais dispositivos legais aplicáveis ao caso, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Fazendo-o com base nos fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

(I) TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva. A licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, ocorrerá no próximo dia 03 de dezembro de 2025, às 10h00 (horário de Brasília), de modo que resta cumprido o disposto no art. 164 da Lei 14.133/2021:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

De acordo com o edital licitatório, a abertura da sessão pública do pregão irá ocorrer no dia 03 de dezembro de 2025 (horário de Brasília), ou seja, 3 (três) dias antes do recebimento da presente impugnação, sendo assim, é TEMPESTIVA a presente impugnação.

(II) DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

(a) DO EDITAL – REQUISITOS – NULIDADE

O Edital é a lei interna do procedimento licitatório, o qual possui a finalidade de vincular as partes envolvidas no certame licitatório, quais sejam, o Poder Público e os interessados na licitação.

Neste ato administrativo composto, devem ser fixadas as condições de realização do certame licitatório, sendo inquestionável que a Administração deve exigir/decidir em conformidade com suas cláusulas, objetivando a participação dos interessados na licitação de forma isonômica.

É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontado a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida. O agente público tem o dever de adotar providências de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento. (TCU, Acórdão 7289/2022, Primeira Câmara).

Ocorre que a Lei de Licitações nº 14.133/21 dispõe em seu artigo 9º, inciso I, alínea “a” que é vedada a realização de licitação com a inclusão de cláusulas que, comprometam e restrinjam a competitividade, impondo, desse modo, especificações exclusivas de determinada marca.

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

As exigências editalícias em relação ao lotes/itens nº 06, 07, 08,09 e 10 (**PÁ CARREGADEIRA**) configura-se como discriminação em relação à empresa impugnante e também a outras empresas, conforme mais abaixo ficará demonstrado, ofendendo regras básicas da licitação, em especial a regra prevista no artigo 5º da Lei 14.133 de 2021, bem como o da isonomia ou da igualdade entre os licitantes, conforme argumentação a seguir.

Verifica-se que conforme **Estudo Técnico Preliminar 1/2025**, 4. Descrição dos Requisitos da Contratação, solicita o descritivo:

Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel, Potência de no mínimo: 125 HP com rpm de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg Capacidade da caçamba mínimo 2m³ com dentes; **FORÇA DE DESAGREGAÇÃO DE NO MÍNIMO 120 KN** Tanque de combustível mínimo 180 L. Direção hidrostática/hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; horímetro; cinto de segurança. Garantia de no mínimo 12 meses.

Pois bem, no presente caso, verifica-se de forma incontestável que para o lotes/itens n.º 06, 07, 08,09 e 10 (PÁ CARREGADEIRA), exigiu-se o presente Edital, que além dos requisitos mínimos para o bom funcionamento do equipamento licitado, que o equipamento possuísse, conforme **Estudo Técnico Preliminar 1/2025**, 4. Descrição dos Requisitos da Contratação, do referido Edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2025, como: Força de desagregação de no mínimo 120 kn, item que desclassificariam a ora impugnante e demais empresas.

A administração tem o dever de especificar o objeto da licitação, segundo Lei Geral e de acordo com as necessidades do órgão, contudo a presente especificação restringe a participação desta impugnante e de outras empresas/marcas também existentes no mercado.

Abaixo demonstramos através do quadro comparativo que comprovam a exigência mínima que desclassificam injustamente está impugnante e outras empresas que poderiam estar oferecendo seus equipamentos:

MARCA	MODELO	kN	LINK
LONKING	CDM833	105 kN	https://lonkingbrasil.com/produto/carregadeira-cdm833/
ENSIGN	YX635	100 kN	https://agrojax.com.br/yx635.html
LIUGONG	835T	100 kN	https://liugongla.com/835t/
LOVOL	FL936H	98 kN	https://www.lovolbrasil.com/pas-carregadeiras/fl936h

Das exigências mínimas impostas no edital de Pregão Eletrônico, verifica-se que as marcas dos fabricantes oferecem um equipamento, qual aproxima e muito as exigências mínimas determinadas em edital.

A exigência editalícia é para um equipamento que possua FORÇA DE DESAGREGAÇÃO DE NO MÍNIMO 120 KN com no mínimo, entretanto o equipamento que poderia ser oferecido para esta administração pública, declarando uma maior competitividade entre as empresas participantes, sendo alterado para FORÇA DE DESAGREGAÇÃO DE NO MÍNIMO 100 KN.

Veja-se que a diferença é mínima, tendo em vista a economia que poderá ter a União caso possa alterar este edital para que a empresa impugnante e outras fabricantes possam entrar na licitação com seus equipamentos.

Além do mais, com a alteração do equipamento ofertado pela impugnante e outras licitantes, garante uma maior concorrência entre todas as participantes, pois muitas empresas estão na mesma situação que a ora impugnante.

No que tange a força de desagregação o equipamento CDM833 / LONKING proposto pela ora impugnante, veja que a diferença é mínima da exigência pretendida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária – Sede.

Outro fator a considerar é que a impugnante possui foi participante do Pregão Eletrônico nº 90010/2024, realizado em 15/04/2024, onde foi vencedora de lote de Pá Carregadeira, gerando posteriormente a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39 - EDUARDO DE A. LTDA/2024, onde constava a descrição abaixo e atender as necessidades do MAPA.

Pá carregadeira com motor alimentado a Diesel; potência bruta mínima de 115 HP; peso operacional mínimo de 10.000 kg; caçamba dentada com capacidade mínima de 1,8 m³; **força de desagregação da caçamba mínima de 93 kN**; tanque de combustível de no mínimo 145 litros; direção hidrostática/ hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de parabrisas; faróis dianteiros e traseiros; hodômetro; cinto de segurança.

Assim, seja pela superioridade do equipamento da impugnante, requer-se que seja adequada as características mínimas, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar do certame, passando a constar como requisito mínimo Pá-Carregadeira - ano/modelo 2025 ou posterior, (zero Horas); Diesel, Potência de no mínimo: 125 HP com rpm de 2200; Peso operacional mínimo 10.000 kg Capacidade da caçamba mínimo 2m³ com dentes; Força de desagregação da caçamba de no mínimo 100 kn Tanque de combustível mínimo 180 L. Direção hidrostática/hidráulica; alarme de ré sonoro; retrovisor; limpador de para-brisas; faróis dianteiros e traseiros; hodômetro; cinto de segurança. Garantia de no mínimo 12 meses.

Conforme esclarece o i. Doutrinador Marçal Justen Filho, a qualificação técnica “em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado”.

E com o advento da Lei n.º 14.133/2021, o legislador buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação.

Veja-se inclusive a previsão legal prevista na Lei 14.133/2021, em seu artigo 12, qual é perfeitamente aplicado ao presente caso, pois apresenta a redação de que o “desatendimento de exigências meramente formais (...) não importará seu afastamento da licitação”, abaixo na íntegra:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo; (...)

E é evidente que com as exigências acima descritas no Edital ora impugnado, para os lotes/itens mencionados, há clara restrição à liberdade de participação por este e por outros licitantes.

Ora, analisando-se então o item em questão, nota-se que há evidente teor discriminatório no que se refere a esta exigência, não só da empresa impugnante, mas sim com várias empresas que poderiam estar participando deste Pregão Eletrônico!

Assim, seja pela insignificância da diferença apontada, seja pela absoluta igualdade de operação dos equipamentos, requer-se que seja adequada as características mínimas atacadas, a fim de que ao final possam os equipamentos da Impugnante participar deste certame.

O lote mencionado evidencia especificação excessiva, irrelevante ou desnecessárias, limitando a competição, o que não se admite por contrariar a Lei nº 14.133/21.

Ora, o bem ofertado pela empresa impugnante preenche todos os requisitos indicados no Edital, exceto as exigências que são extremamente específicas, que se revelam ilegal e discriminatória.

Inclusive, o preço apresentado pela ora impugnante é extremamente vantajosa, não havendo razões para não participar do certame, notadamente por não apresentar especificações que podem ser apresentadas por determinado fabricante. Convalidando esta breve argumentação temos que o professor Joel de Menezes de Niebuhr, já afirmou que:

“é concreção direta da proposição isonômica, que não admite discriminações fundadas em critério desarrazoado (princípio da razoabilidade), logo, concernentes à naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes. É certo que a isonomia estende a igualdade a todos os brasileiros e estrangeiros: portanto, não importa de onde provenha, mas o que de vantajoso pode oferecer à Administração Pública.” (NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000. p. 114).

Portanto, resta evidente que o fundamento da licitação, visa garantir à administração a proposta mais vantajosa, que no caso deve atender ao melhor preço, sendo que a máquina fabricada pela ora impugnante, e também por outras licitantes, atendem igualmente o ao MAPA, restando evidente que a decisão deveria ser pelo menor preço e não por requisitos específicos.

Dessa forma, não compete à Administração promover proteção exigências discriminatórias, uma vez que o foco do certame licitatório deve ser sempre o interesse público.

Ademais, em se tratando de licitação do tipo “Menor Preço”, como é o presente certame ora impugnado, os § 1º e 2º do art. 34 da Lei 14.133/21 expressamente dispõe que o equipamento de menor preço deverá ser fornecido a administração pública:

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

§ 1º Os custos indiretos, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

§ 2º O julgamento por maior desconto terá como referência o preço global fixado no edital de licitação, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

Dessa forma, devem ser revistas o Edital a exigência/especificação prevista no “Apêndice do Anexo I”, do referido Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2024, para lotes/itens n.º 03, 13, 21, 34, 42, 51, 58, 66, 83, 105, 117, 140, 152, 165, 185, 198, 220, 233 – PÁ CARREGADEIRA”, para que o produto objeto desta licitação não possua, assim, as especificações desnecessárias e/ou irrelevantes.

(b) OFENSA AOS ARTIGOS 5º E 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A partir de 1988 a licitação recebeu guarida constitucional, de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A obrigatoriedade de licitar é regra constitucional, apenas sendo dispensada ou inexigida nos casos expressamente previstos em Lei. Neste sentido prevê o disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O procedimento licitatório foi concebido como procedimento prévio à celebração dos contratos pela Administração, em razão de dois princípios fundamentais:

- a) indisponibilidade do interesse público, que obriga o administrador público a buscar sempre, de forma impessoal, a contratação mais vantajosa para a Administração, e
- b) igualdade dos administrados, que obriga que o administrador ofereça iguais oportunidades aos concorrentes (potenciais ou concretos) de virem a ser contratados com a Administração.

Por sua vez, o art. 5º da Carta Magna estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, neste sentido:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: (...)

Percebe-se que o direito de ser tratado com igualdade, por força constitucional, estende-se a todos os licitantes/fabricantes.

Portanto, todos podem participar de licitação, desenhando-se ilícita qualquer cláusula, contida em edital, que vise a excluí-los de licitação, como por exemplo itens que determine exigências que desqualifiquem a impugnante, qual pode apresentar equipamentos que atendam todas as necessidades da Administração Pública.

(III) DO PEDIDO

Diante do todo exposto que, REQUER:

- a) Que seja recebida e provida a presente IMPUGNAÇÃO, alterando as exigências previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2024 para o lotes/itens Pá Carregadeira, aqui atacado e especificado, para que ao final o produto objeto da licitação não possua especificações que impeçam o impugnante e seus concorrentes de oferecerem seus equipamentos, devendo ser revisto todas as exigência mínimas alhures descritas, frente a disposição atacada, permitindo a participação do equipamento da empresa impugnante, porque patente o atendimento às exigências quanto às especificações técnicas, assistência técnica e reposição de peças e interesse coletivo da ampla participação no certamente, que traz grande economia e vantagem para o Ente Público.
- b) Frente a interposição tempestiva da presente impugnação, requer-se que a administração se manifeste no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da presente, em conformidade com o artigo 164, parágrafo único da Lei 14.133/21, do Edital de Pregão Eletrônico nº 90024/2024 para o lote/item Pá Carregadeira.

Pede deferimento

Cuiabá, Mato Grosso, em 28 de Novembro de 2025.

RENER BELO VINHAL JUNIOR

PROCURADOR:

CPF: 021.669.971-12

RG: 1778461-1 SSP-MT

EDUARDO DE ALMEIDA EIRELI

CNPJ sob o n. ° 13.552.152/0001-49